

**Semiologia da cultura material:  
lendo signos e representações sociais a partir dos objetos.**

Marilda Soares

As “coisas” produzidas e preservadas por uma sociedade podem evidenciar seus modos de vida e seus valores no presente e no passado?

Certamente sim. E isso se mostra pelos inúmeros testemunhos da cultura material: construções, monumentos públicos, cemitérios, pontes, estradas, placas com nomes de ruas, moedas, roupas, jóias e adornos, pinturas, esculturas, fotografias, equipamentos, ferramentas, objetos de uso doméstico, cartas, diários, revistas, jornais, livros, etc. Todos esses registros são documentos que revelam o quotidiano de um povo, suas possibilidades materiais e intelectuais de transformar a natureza e produzir diferentes estilos de vida.

Como representativos de um tempo, um pensamento, um *status*, uma técnica, os objetos são social e culturalmente distintos. Alguns são de uso cotidiano e facilmente adquiridos, outros têm pequena durabilidade e são rapidamente substituídos, outros, ainda, são preservados em instituições, em função do seu valor de mercado ou da sua importância simbólica.

Na atualidade, a preservação, o estudo e a exposição da cultura material representativa de povos e tempos históricos fazem-se pelos museus, instituições que se caracterizam pela salvaguarda de objetos que simbolizam a memória e a cultura nacional.

Originalmente, *museum* – palavra latina derivada do grego *mouseion* – designava reunião das musas inspiradoras. Até o período Renascentista, o termo *museum* aplicava-se aos espaços onde as coleções de objetos raros e valiosos eram guardados ou expostos, relacionando-se aos templos e teatros da Antiguidade Clássica – gregos e romanos –, às igrejas e aos mosteiros medievais; ou aos palácios da Idade Moderna, com relíquias, estatuária, pinturas, vasos e adornos de caráter decorativo ou sagrado.

Antes da institucionalização dos museus, existiam as galerias para mostra e os gabinetes para guarda de peças e, entre os séculos XVII e XVIII, muitas coleções particulares e exposições restritas a grupos seletos de convidados tornaram-se públicas.

Herdeiro da prática de colecionar objetos, o museu público surgiu na França, em 1793, época em que se desencadeava o processo histórico da Revolução Francesa. A criação do *Musée du Louvre* está associada à necessidade de proteger objetos e obras de

arte de valor histórico para o povo francês que, em plena era revolucionária, buscava destruir símbolos dos privilégios da nobreza que dominara a França até então.

Antes do Louvre, outras instituições com finalidade recreativa e cultural haviam sido criadas na Europa; contudo seu caráter era de espaço de exposições particulares, como o primeiro, *Ashmole Museum*, criado na Universidade de Oxford para abrigar a coleção de peças de Elias Tradescant doada a Oxford por John Ashmole em 1683. E o *British Museum*, criado em 1759, quando o governo inglês adquiriu a coleção de Hans Sloane. A vista das exposições destinava-se a visitantes credenciados, não havendo exposições públicas.

Dentre os museus modernos, surgidos no século XIX, especializados em temas ou áreas, citam-se alguns brasileiros, como o Museu do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco; o Museu de Mineralogia e Geologia da Escola Nacional de Minas e Metalurgia, de Minas Gerais; o Museu Nacional, do Rio de Janeiro; o Museu Goeldi, de Belém do Pará; e o Museu Paulista, de São Paulo, formados no estilo dos museus de História Natural americanos, como o Museu de Antropologia da Cidade do México e o Museu Americano de História Natural de Nova York, inspirados na teoria evolucionista de Darwin. Mas, desde o início do século XX, os museus foram se especializando, separando-se os conteúdos de arte, folclore, história e ciências.

Os museus históricos, além de preservar e expor objetos e obras de arte relacionados aos processos históricos pelos quais passaram determinada sociedade em determinado tempo, oferecem aos pesquisadores a possibilidade de analisar as realidades passadas e presentes a partir da cultura material. Tal mudança em relação à fonte de pesquisa coloca novos problemas em relação ao conhecimento das realidades passadas.

A esse respeito, Bloch (s.d.) faz uma reflexão acerca das especificidades do conhecimento do passado. Segundo ele, o historiador estaria diante do passado como um cientista que, detido em casa pela gripe, conhecesse os resultados de suas pesquisas pelos relatos do auxiliar de laboratório. Assim, enquanto um cientista, em condições normais de trabalho, observa diretamente os resultados da experiência que desenvolve com uma cobaia, o historiador só poderia conhecer seu “objeto” de estudo – o passado – pelos testemunhos que esse aceita dar. Tais testemunhos seriam os registros deixados pelos homens para as gerações seguintes. Desse modo, a observação do passado seria, em princípio, indireta.

Bloch, contudo, questiona o caráter indireto da observação do passado, uma vez que os vestígios da cultura material podem conduzir a hipóteses e/ou afirmações que muitas vezes não seriam alcançadas apenas com base em fontes escritas. Segundo ele, nas paredes de certas cidadelas da Síria foram encontrados corpos sepultados e, como não se pode razoavelmente supor que tivessem sido colocados ali por acaso, seria pertinente indagar sobre a prática de sacrifícios humanos. Assim, nem sempre a observação do passado é indireta (BLOCH, s.d.)

Quando existem registros concretos, preservados tal como foram produzidos, as perspectivas de conhecimento são maiores, mais abrangentes e mais palpáveis. Além disso, alguns povos ou períodos, embora muito ricos, deixaram poucos registros escritos, o que demanda o estudo de outras fontes de conhecimento, como a toponímia, a lingüística, a numismática, a arqueologia e outras, para que se possa estabelecer hipóteses e alcançar conclusões fundamentadas.

Embora o conhecimento histórico esteja tradicionalmente associado à pesquisa em documentos escritos, as novas vertentes teóricas apontam para a crescente incorporação dos objetos da cultura material como fonte de pesquisa e análise, portanto, de conhecimento de uma realidade. E só é possível conhecê-la a partir dos registros, sejam eles em forma de escrita ou de outras produções humanas.

Há menos de um século, considerava-se como documento próprio ao trabalho do historiador os chamados “papéis velhos”, constituídos por registros oficiais, biografias de importantes personagens políticos ou religiosos. Atualmente, pensa-se no quão reveladores podem ser um diário, uma obra arte, uma peça de mobiliário ou mesmo um aparelho de uso doméstico, uma vez que são, igualmente, expressões de um determinado contexto histórico, como afirmara Borges (1988),

*“no meio da poeira de documentos antigos, na lama das escavações ou no manuseio de instrumentos muito desenvolvidos tecnicamente, é sempre o homem vivo que o historiador procura encontrar, é a sociedade na qual esse homem viveu, trabalhou, amou, procriou, guerreou, divertiu-se, que o historiador quer decifrar. E, para tanto, todo tipo de documento que esclareça esses aspectos é de fundamental importância”* (BORGES, 1988).

O universo do trabalho, por exemplo, pode ser exposto pela cultura material a partir dos seus resultados concretos, quando se trata de produtos para consumo ou bens de

produção, como instrumentos técnicos. Contudo, a percepção das relações sociais de trabalho nem sempre se evidenciam com a mesma facilidade: é necessário buscá-la muitas vezes nos procedimentos do método crítico, comparando os objetos e buscando identificar o meio social no qual ele foi produzido, e encontrar respostas para questões como: quem o produziu? a quem pertenceu? quem o utilizou? E indagar sobre que repercussão teve a produção, a posse e o uso do objeto em questão, em termos de estrutura social.

Esse procedimento exige todo um trabalho de pesquisa que pode resultar na desfeticização do objeto e na compreensão das relações sociais da sociedade à qual pertenceu, e em uma outra perspectiva, comparar as mudanças e permanências nas relações sociais de trabalho, nas relações econômicas, nos padrões técnicos e culturais da sociedade em diferentes temporalidades.

Todos, ou quase todos os objetos podem ser considerados suportes materiais para a compreensão do passado e o estabelecimento das relações entre passado e presente. Se, no passado, os artefatos representavam as possibilidades materiais e imateriais de uma cultura e eram produzidos em um universo de relações sociais de trabalho, isso é válido também para o presente, uma vez que a sociedade ainda se estrutura de forma a exigir que cada indivíduo desempenhe um papel no mundo do trabalho.

A produção de uma peça de vestuário, de um mobiliário, de uma peça de porcelana, ou de uma arma é sempre algo que se faz mantendo-se a diferenciação entre aquele que produz e aquele que se apropria do produto; isso serve para as sociedades antigas e modernas. Contudo, nas sociedades modernas, geradas a partir da revolução industrial, os trabalhadores, produtores dos bens materiais, passaram gradativamente a ter um acesso maior à parte dos bens produzidos, o que não significa dizer que tenham sido eliminadas do universo do trabalho as diferenciações entre força-de-trabalho e proprietários dos meios e bens de produção.

Ao contrário, essa distância permaneceu e se ampliou. No entanto, há uma mítica criada e mantida pela sociedade de consumo que se formou após a industrialização: de que há uma democratização do acesso aos bens produzidos. E isso deve ser considerado, visto que os bens produzidos por uma sociedade são de diferentes padrões e de diferentes valores, tanto no que se refere ao valor de venda, quanto ao valor de uso. Mas, quando um produto deixa de ser fator de diferenciação social, surgem novos modelos e estilos, ou

outros de tecnologia mais avançada que ocupam o seu lugar no universo das representações sociais simbólicas.

Para além do seu conteúdo físico, as coisas materiais constituem-se em exposição e fonte de conhecimento sobre tecnologia, funcionalidade, gosto estético, formas de apropriação e uso. Tudo o que o homem fabrica tem relação direta com suas necessidades sejam elas materiais (alimentação, vestuário, moradia etc.) ou imateriais (intelectuais, éticas, estéticas etc.), e é por essa razão que expressam os padrões culturais de um determinado tempo e lugar, revigorando-se constantemente com o renovar da vida humana. E isso é válido para o presente e para o passado.

Nas comunidades pré-históricas, os homens se organizavam devido à necessidade de sobrevivência. Entretanto, suas possibilidades materiais e intelectuais diferiam quantitativa e qualitativamente das possibilidades atuais. Habitavam cavernas, alimentavam-se da carne dos animais capturados muitas vezes por grupos numerosos, que contavam com instrumentos rudimentares de caça, vestiam-se da pele dos animais abatidos e registravam o quotidiano nas paredes das cavernas com tintas extraídas do sangue dos mesmos animais, só para citar alguns exemplos. Esses poucos exemplos são indicativos da subordinação daqueles homens às condições oferecidas pela Natureza. Por outro lado, o ato de confeccionar vestimentas, ainda que para atender a necessidade natural de proteção contra as condições climáticas ou contra ataques ferozes, mostra um quadro de elaboração intelectual próprio apenas ao gênero humano.

Em constante evolução, o homem ampliou seu domínio sobre a Natureza e criou sociedades mais complexas, nas quais o conforto passou a ser símbolo não apenas de atendimento às necessidades de sobrevivência, mas também às psicológicas e sociais. Criou, ainda, o conceito de *status*, representando um sistema de alocação social que se dá pela linguagem, pelas formas diferenciadas de tratamento, como podemos observar nas sociedades que classificam seus membros: livres e escravos; cidadãos e bárbaros; suseranos e vassallos; senhores e camponeses; nobres e servos; civilizados e selvagens, e assim por diante. A manutenção desse sistema requer a produção de “coisas” que exteriorizem o lugar de cada um na escala de qualificação social. Desse modo, a produção da vida material atende necessidades naturais e culturais.

A busca da compreensão da sociedade a partir das suas estruturas materiais torna-se imprescindível a partir do século XIX, com a segunda Revolução Industrial e a ampliação da produção de bens materiais.

Karl Marx, que viveu naquele período, pensou a sociedade de seu tempo em função da estruturação da sociedade de classes como uma consequência das relações de produção e da divisão social entre os produtores (a força de trabalho) e os possuidores dos meios de produção. Apontou o trabalho como um aspecto fundamental na vida do ser humano, pois corresponde ao atendimento de suas necessidades naturais: na busca da sobrevivência os homens organizam-se primeiro para a produção, de modo que a economia se constitui a base da organização dos aspectos políticos e culturais da sociedade, dando-se assim a divisão entre estrutura (economia) e superestrutura (os demais níveis).

Dos estudos sobre as relações de trabalho na sociedade capitalista, Marx extraiu os conceitos de mais valia e alienação: a mais valia correspondendo à diferença entre aquilo que o homem produz e a parte da qual ele se efetivamente se apropria, e a alienação correspondendo à perda da liberdade e da capacidade de escolha. Segundo ele, a sociedade capitalista cria a necessidade de produzir com a ideologia de que a maior produção resultará em melhores condições de vida. O que ocorreria, de fato, seria o escamoteamento da realidade social pela naturalização das relações de trabalho e produção. Tal organização resultaria apenas no aumento da opressão sobre as classes trabalhadoras e, portanto, na reprodução do capitalismo, ou seja, na manutenção das desigualdades sociais.

Muitos pensadores do século XIX se ocuparam da análise social por compreenderem que havia uma distância entre aquilo que o homem esperava do avanço do processo de industrialização e acumulação de capital e aquilo que de fato resultava desse processo.

Essa discussão sobre as relações sociais de trabalho e sobre a produção da vida material toma outro enfoque no século XX, especialmente na fala dos frankfurtianos Adorno e Horkheimer. Segundo eles, a ampliação da produção de objetos leva à crescente produção da necessidade de consumo. Para tanto, a indústria cultural, a cultura de massa, transmite a mensagem de que a liberdade do homem reside na capacidade de consumo e, assim, a propaganda passa a atuar como força civilizadora da sociedade. Cria-se a ilusão de que a igualdade seria proporcionada pela capacidade de consumir, ou, em outras palavras, a

falsa idéia de que os que podem consumir objetos idênticos ocupam lugares idênticos na escala social (MANCEBO *et alii*, 2004)

A Filosofia também contribui para essa discussão relativa aos produtos e as relações sociais na época contemporânea. Marilena Chauí, ao ponderar sobre as regras do mercado capitalista e a ideologia da indústria cultural, afirma que a partir da segunda Revolução Industrial mesmo “*as artes foram submetidas a uma nova servidão*”: à prática do consumo de “*produtos culturais*” fabricados em série, uma vez que passaram a ser pensados como mercadorias e vendidos pela propaganda.

A arte, como todos os outros objetos da cultura material, foi massificada nos meios de comunicação, correndo o risco de tornar-se reprodutiva e repetitiva, o que não significa que ela se democratizou. Ao contrário, a indústria cultural e a publicidade que dela faz parte atualizam constantemente os sinais de prestígio social, político e cultural. Os meios de comunicação de massa separam os produtos culturais por seu valor de mercado:

*“há obras “caras” e “raras”, destinadas aos privilegiados que podem pagar por elas, formando uma elite cultural; e há obras “baratas” e “comuns”, destinadas à massa. Assim, em vez de garantir o mesmo direito de todos à totalidade da produção cultural, a indústria cultural introduz a divisão social entre elite “cult” e massa “inculta”.*

Além disso, cria a idéia de que todos têm acesso aos mesmos bens culturais e, sobretudo,

*“define a cultura como lazer e entretenimento, diversão e distração, de modo que tudo o que nas obras de arte e de pensamento significa trabalho da sensibilidade, da imaginação, da inteligência, da reflexão e da crítica não têm interesse, não “vende”. Massificar é, assim, banalizar a expressão artística e intelectual. Em lugar de difundir e divulgar a cultura, despertando interesse por ela, a indústria cultural realiza a vulgarização das artes e dos conhecimentos”(CHAUÍ, 2002 ).*

O mesmo raciocínio é válido para os demais objetos produzidos para consumo, pois a expansão da produção capitalista levou à necessidade de expansão dos mercados consumidores, o que se fez pela educação das massas consumidoras, de modo que os objetos passam a ser consumidos pelo valor de troca e não pelo seu valor original.

Uma outra contribuição ao estudo da cultura material e suas representações sociais vem das discussões relativas à Semiologia dos objetos. Baudrillard, definido teoricamente como pós-marxista, afirma que a sociedade industrial, ao ampliar a quantidade de bens

materiais produzidos, cria não apenas a noção de necessidade de consumo de produtos, mas a necessidade de consumo de signos. Os objetos da cultura material são consumidos não porque satisfazem necessidades naturais, mas porque são signos de distinção social. Quando um objeto já não confere a um indivíduo a distinção social que se espera dele, ele é substituído por outro que desempenhe melhor esse papel. Assim, as relações sociais de trabalho e a produção da cultura material seriam constantemente alteradas pelo processo de fetichização dos objetos.

Em todo tempo e lugar, os objetos podem ser fetichizados, uma vez que são semióforos – signos, representações – sejam adornos de uma comunidade tribal, placas indicativas de caminhos da Antiguidade, espadas medievais, esculturas de salões burgueses do século XIX ou câmeras digitais do século XXI. As obras de arte, as raridades, as relíquias e os objetos contemporâneos de tecnologia avançada continuam sendo possuídos por um número diminuto de pessoas, expressando a manutenção das distinções sociais e, portanto, sendo signos de diferenciação entre os indivíduos que compõem a sociedade.

Por outro lado, os objetos também podem ser desfetichizados, tanto os de uso cotidiano, quanto aqueles preservados pelos museus.

De acordo com Menezes (1993):

*“pode-se desfetichizar as liteiras e cadeirinhas de arruar, mostrando ou favorecendo a compreensão das formas de classificação social dentro do espaço urbano, ou a tela de Benedito Calixto ‘A fundação de São Vicente’, de 1900, não como representação da origem da futura cidade, em 1532, mas como veículo do imaginário da virada do século XIX, que permite o conhecimento de conceitos oitocentistas e representações sociais quanto a cidade, território, colonização, instituições, relações sociais, inter-étnicas, etc”.*

Ao observar um produto da cultura material de um povo, ou de um tempo, além de identificar a matéria-prima utilizada e suas formas, é necessário fazer uma leitura que se remete ao universo dos significados, exercer a cognição desde a percepção sensorial das coisas vistas até a leitura mais elaborada, que passa pela busca das intenções que levaram à fabricação, sua dimensão, localização espacial e temporal, funções e conteúdo, apropriações e usos. Desse modo, o olhar sobre os objetos e as indagações que lhe são propostas determinam a qualidade do conhecimento sobre a realidade.

Os filósofos da antiga Grécia, Sócrates, Platão e Aristóteles, ao buscarem a compreensão do Ser – da natureza, da realidade – questionar sobre a possibilidade de conhecer o mundo a partir da percepção das coisas vistas, e se elas são realmente o que nos

parecem, ou se possuem um conteúdo alcançável apenas pela atitude filosófica. Inauguravam, assim, a reflexão sobre a distância entre aparência e essência, sobre representações e significados. Essa discussão sobre o que as “coisas” são e como ela nos parecem também está presente na atualidade, em diversas disciplinas originárias da Filosofia e que integram diferentes áreas de conhecimento: Linguística, Psicologia, História, Arqueologia, Sociologia, Antropologia e outras, de modo que tratar da cultura material pressupõe retomar a atitude filosófica da busca do conhecimento para além da aparência, bem como integrar diferentes áreas do conhecimento e perspectivas teóricas.

Visto que as sociedades produzem modelos culturais diversificados e repletos de expressões materializadas nos testemunhos do passado e do presente, a compreensão de determinada realidade depende da identificação da sua produção cultural delimitada no tempo e no espaço, bem como do pensar sobre conceitos que envolvem tanto o universo da produção da vida material, como o da construção de emblemas que expressam pensamentos, sentimentos e valores.

É necessário questionar acerca dos produtos da cultura material, preservados ou descartados, para que eles não permaneçam apenas sacralizados pela memória, ou esquecidos em meio ao ritmo de substituição de produtos imposto pela sociedade de consumo, ou restritos às imagens que se criaram em torno deles.

Nosso olhar e nossa leitura devem contribuir para a elaboração de um conhecimento novo.

## **BIBLIOGRAFIA**

BAUDRILLARD, Jean. A moral dos objetos. Função-signo e lógica de classe. In MOLES, Abraham et al. **Semiologia dos objetos**. Petrópolis: Vozes, 1972.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. s.l.: Europa-América, s.d.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: DIFEL, 1988.

CHAUÍ, Marilena. **Filosofia**. São Paulo: Ática, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

GADAMER, G. H. et al. **História e historiadores**. Lisboa: Gradiva, 1988.

MANCEBO, Deise, OLIVEIRA, Dayse Marie, FONSECA, Jorge Guilherme Teixeira da, SILVA, Luciana Vanzan da. **Consumo e subjetividade**: trajetórias teóricas. <http://www.scielo.br/scielo>. php. Texto disponível em 29 de janeiro de 2004.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do laboratório da memória ao teatro da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In **Anais do Museu Paulista**, Nova Série, v. 2, 1993.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos da cultura material. In **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. Nova. Série, v. 4, jan/dez. 1996.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.